

# Relações patriarcais de gênero e formação econômico-social brasileira: pressupostos e fundamentos

Leonardo Nogueira\*  
Lucas Bezerra\*\*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo tecer algumas considerações introdutórias sobre a concepção de que as relações patriarcais de gênero e classe estão umbilicalmente articuladas na dinâmica da realidade brasileira. Optamos por uma revisão da bibliografia que versa sobre o tema dialogando, prioritariamente, com as abordagens feministas (marxistas e materialistas francófonas) e com os intérpretes da realidade nacional, levando em consideração as particularidades da formação econômico-social brasileira. Nosso esforço consiste em reafirmar que pensar o Brasil contemporâneo implica um trato rigoroso da dinâmica indissociável das relações de patriarcais de gênero e classe. Do mesmo modo, salientamos que é essencial compreender a formação econômico-social do Brasil para adensar o conteúdo dos debates relacionados a existência do patriarcado na realidade nacional.

**Palavras-chave:** relações patriarcais de gênero; classe; formação brasileira.

## Patriarchal gender and Brazilian economic-social formation: assumptions and fundamentals

## Abstract

This article aims to make some introductory considerations about the conception that the patriarchal relations of gender and class are umbilical articulated in the dynamics of the Brazilian reality. We have opted for a revision of the bibliography that deals with this topic by discussing, as a priority, the feminist approaches (marxists and francophone materialists) and the interpreters of the national reality, taking into account the particularities of the Brazilian socio-economic formation. Our effort is to reaffirm that thinking contemporary Brazil implies a rigorous treatment of the inseparable dynamics of patriarchal relations of gender and class. In the same way, we emphasize that it is essential to understand Brazil's socio-economic formation to deepen the content of the debates related to the existence of patriarchy in the national reality.

**Keywords:** patriarchal gender relations; class; Brazilian training.

Enviado em: 12/06/2018  
Aprovado em: 14/12/2018

---

\* Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor substituto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), MG, Brasil. E-mail: [leo.ssoufvjm@gmail.com](mailto:leo.ssoufvjm@gmail.com)

\*\*Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), PB, Brasil. E-mail: [lucasbezerra.1917@gmail.com](mailto:lucasbezerra.1917@gmail.com)

## Introdução

No âmbito da produção do conhecimento, desvendar em perspectiva histórica as múltiplas facetas da formação social, econômica, política e cultural do Brasil continua a traduzir um desafio em aberto às/aos pesquisadoras/es do campo das Ciências Humanas e Sociais, em geral, e do Serviço Social brasileiro, em particular. Dada a complexidade contida no universo de nossa realidade, interpretá-la constitui uma tarefa permanente, que se desafia a preencher, por um lado, as lacunas explicativas quanto a períodos históricos anteriores, e por outro, as transformações contemporâneas.

Assumir esse caminho requisita, em nosso entendimento, a centralidade de dois supostos: o primeiro, relaciona-se à afirmação da análise da história enquanto *processo*; e o segundo, à centralidade assumida pelas *lutas de classes*. Afirmá-los, munidos pelas armas da crítica, significa desde já realçar a direção teórico-metodológica pela qual tenta trilhar o texto em mãos: o marxismo, perspectiva que, ao conferir centralidade à dimensão da totalidade, nega os unifatorialismos que historicamente o pensamento dominante quis lhe atribuir.

Orientados por tal perspectiva, o texto em mãos possui um objetivo delimitado em meio à imensidão analítica contida na realidade nacional. Interessa-nos, aqui, analisar a relação tecida entre nossa formação econômico-social e as relações patriarcais de gênero. Trata-se de uma aproximação inicial que, no âmbito da reflexão teórica, preocupa-se em dar conteúdo a seguinte afirmação: na realidade brasileira, face suas particularidades históricas, as relações patriarcais de gênero encontram-se umbilicalmente vinculadas aos caracteres assumidos pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esta concepção encontra-se presente no debate político e acadêmico desde as contribuições seminais de Heleieth Saffioti (1934-2010) e suas derivações sugerem a necessidade de continuidade no campo teórico-analítico, cujas conexões ao campo da ação política são inegáveis.

Nesse sentido, afora esta introdução e as considerações finais, nossa exposição encontra-se organizada em dois momentos. Primeiro, situamos as determinações mais gerais do debate aqui proposto a partir de uma perspectiva histórico-ontológica. Esboçamos uma síntese em torno das relações estabelecidas entre a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a emergência e o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho e do heterossexismo. Em seguida, na segunda seção, recorreremos ao pensamento social crítico brasileiro para, com base nele, realizar aproximações aos traços constitutivos da ordem patriarcal de gênero no Brasil,

indissociável do capitalismo e do racismo.

## **Propriedade privada, divisão sexual do trabalho e heterossexismo**

A partir da necessidade imediata de produção da existência humana, homens e mulheres relacionam-se, fazem escolhas diante de alternativas concretas e buscam construir as condições necessárias para sua reprodução e expansão enquanto ser social. Ao se defrontar com as condições próprias de cada período histórico e território, o ser social coloca a sua capacidade de trabalho em ação e constrói instrumentos, utensílios, formas de comunicação e de interação com a natureza para satisfazer suas necessidades mais básicas como alimentação e habitação e, diante do desenvolvimento histórico-social, estruturas mais complexas como os meios de transporte, formas de comércio, organização social, religiosidade etc.

Do ponto de vista ontológico, entendemos que formação do ser social, como a conhecemos hoje, é parte, nos termos de György Lukács, de um salto ontológico, de um processo amplo e complexo que implica reconhecer o processo de recuo das barreiras naturais, tendo em vista que o ser é parte de um complexo categorial em nível diverso, ou seja, é um complexo orgânico, inorgânico e social. Isso exigiu que a humanidade desenvolvesse formas de cooperação e divisão do trabalho. Uma das primeiras maneiras de dividir o trabalho levou em consideração a caracterização sexual: modalidades distintas de trabalho entre homens e mulheres. Esta distinção, em nosso modo de entender, não pode ser simplesmente encarada como um processo natural, harmônico e neutro, pois as primeiras formas de divisão sexual do trabalho já explicitam relações desiguais não apenas devido às diferenças entre estes trabalhos mas, sobretudo, porque estes trabalhos de natureza distinta geraram apropriação desigual do excedente, logo, das primeiras formas de propriedade privada.

Nas sociedades primitivas, as mulheres ocupavam predominantemente as atividades de coleta de frutos e os homens às atividades de caça. Friedrich Engels (2010), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, retrata o seguinte:

De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e, em caso de separação levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos (ENGELS, 2010, p. 75).

Desta constatação histórica podemos extrair duas questões para reflexão. A **primeira** diz respeito aos instrumentos necessários para o exercício de cada atividade. Para caçar, é necessário desenvolver instrumentos complexos como lanças, machados, arco-flecha e facas que também cumprem uma função semelhante às primeiras armas utilizadas em conflitos. Ou seja, **instrumentos de trabalho que ao servir de armas também cumprem uma função de dominação**. Para as mulheres, que estavam em sua grande maioria nas atividades de coleta, as próprias mãos eram os principais instrumentos de trabalho. Sendo assim, existe uma diferença qualitativa tanto na complexidade da atividade quanto na própria construção do instrumento de trabalho.

A divisão sexual do trabalho, portanto, uma vez apreendida em perspectiva histórica, não é harmônica ou neutra, pois a separação de tarefas a partir das desigualdades socialmente fundadas entre homens e mulheres produzem relações de dominação e assimetrias profundas. Compartilhamos do posicionamento desenvolvido por Tabet (2014) que elucida o processo histórico de construção de uma diferença quantitativa e qualitativa dos instrumentos de trabalho disponíveis aos homens e às mulheres. Trata-se da chamada situação de subequipamento das mulheres, traduzida na produção e reprodução social desde as sociedades caçadoras e coletoras até a sociedade altamente industrializada, produzindo, assim, um *gap* tecnológico entre homens e mulheres. Destarte, “é necessário analisar a divisão sexual do trabalho como relação política entre os sexos” (TABET, 2014, p. 108).

O debate sobre os instrumentos de trabalho na gênese e desenvolvimento da divisão sexual do trabalho é central na produção de Tabet (2014). A autora defende que a qualificação das mulheres para atividades específicas tem relação direta com a situação de subequipamento, ou seja, a histórica privação das mulheres no manejo de determinados instrumentos de trabalho. Assim sendo, o controle do instrumental disponível em determinada sociedade é um indicativo objetivo para apreender as assimetrias produzidas pela destinação majoritária das mulheres e dos homens em espaços distintos na produção e na reprodução social.

O percurso analítico empreendido pela autora demonstra que a inferioridade do “equipamento feminino” é perceptível desde a constituição das sociedades que viviam da caça e da coleta. A partir dos estudos antropológicos, Tabet (2014) verifica que mesmo na execução de atividades mais complexas as mulheres utilizavam instrumentos mais rudimentares, como por exemplo, quando as mulheres se ocupavam da caça de animais de pequeno e médio porte. Ao estudar as atividades de coleta, pesca, caça e agricultura, a autora concluiu que são “os

instrumentos utilizados que determinam a atribuição de diversas atividades às mulheres ou sua exclusão delas” (TABET, 2014, p. 113). Assim, a propriedade privada e o domínio técnico dos instrumentos de trabalho são elementos fundamentais para que se perceba o monopólio dos homens sobre determinadas atividades.

Numa abordagem mais genérica da categoria divisão sexual do trabalho, Kergoat (2009, p. 67) sintetiza da seguinte maneira:

[...] é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Cabe destacar que a divisão sexual do trabalho também se expressa por meio de uma “divisão sexual do poder”, conforme Devreux (2011). Para esta autora, a manutenção das mulheres nos chamados espaços privados/reprodutivos não se realizaria sem que os homens exercem o poder na família e na sociedade, inclusive, utilizando a força e inúmeras formas de violência.

A **segunda** reflexão diz respeito ao surgimento da **propriedade privada**. No interior das atividades desempenhadas, sob circunstâncias históricas diferenciadas do longo período primitivo, forjam-se as primeiras expressões de excedente, não consumido nem pelo grupo nem pela unidade familiar. Isso significa que tanto este excedente quanto o próprio instrumento de trabalho passaram a configurar, desde então, propriedade privada de alguém. Segundo Engels (2010), nas sociedades primitivas, o direito à herança estava atrelado ao estabelecimento da patrilinearidade, que significa a delimitação da prole (filhos/as) a partir da linhagem do pai. A herança transmitida de pai para filho privava as mulheres de terem acesso aos instrumentos e meios de trabalho disponíveis para a produção e reprodução social. Nas comunidades primitivas, não havia essa delimitação e o regime comunal estabelecia linhagem materna e compromissos coletivos com os membros menores. Sem dúvida, esse aspecto é fundamental para pensarmos o controle da sexualidade e o estabelecimento da monogamia para as mulheres.

Neste sentido, acrescentamos um terceiro eixo de sustentação das relações patriarcais de gênero que denominamos como heterossexismo. É comum partirmos de análises de sociedades primitivas com o intuito de apreender, de maneira histórica, as modificações no curso da produção e reprodução social buscando evidenciar como se apresentavam as relações entre os homens e as mulheres.

De acordo com Stearns (2010), a partir do momento em que os grupos que vivenciaram as experiências de nomadismo passaram a forjar maior domínio da natureza foi possível ampliar em termos quantitativos e qualitativos a produção material e, com isso, o próprio excedente. Nestas condições, grupos humanos que se fixaram num determinado território passaram a manipular o solo, lidar com os ciclos da natureza e identificaram a fertilidade e desenvolveram as práticas de agricultura. Em suma, essas primeiras comunidades desenvolveram melhores condições de vida e de procriação. Conforme Stearns (2010), se as sociedades nômades precisavam controlar a natalidade, haja vista as precárias e inseguras estratégias para a sobrevivência, entre os povos que se fixaram e desenvolveram a agricultura se tornou necessário instituir padrões sexuais que garantissem o aumento da população.

Stearns (2010) destaca que nas sociedades nômades primitivas a poligamia e o sexo não vaginal expressavam uma forma de experienciar a sexualidade e buscar o prazer sem necessariamente vincular o sexo à reprodução. Já nas sociedades que desenvolveram o domínio da agricultura, instituíram-se padrões de comportamento sexual monogâmico e o sexo vaginal para assegurar a descendência e o direito de herança dos homens. Para isso, foi necessário forjar uma política sexual que normatizasse o modo dos homens e das mulheres se relacionarem sexualmente no seio das primeiras formas de organização social (códigos de conduta, normas etc) e nas primeiras grandes religiões (como hinduísmo, cristianismo, budismo etc). A ideia de sexo como instrumento de procriação em contraposição ao prazer, a proibição do sexo não-vaginal, a imposição da virgindade para as mulheres, a proibição do adultério e das práticas homossexuais são exemplos contundentes da limitação das inúmeras formas de expressão da sexualidade que ocorrem na esteira de ações materializadas no âmbito das religiões e dos Estados em formação. Essas formas de normatização da sexualidade impõem uma vivência da sexualidade fora da monogamia heterossexual num híbrido de crime e pecado.

Assim, podemos assegurar que um dos fatores que determinam a recusa e o preconceito contra práticas não-heterossexuais tem uma base econômica, política, social e cultural (esferas que na vida concreta estão intimamente relacionadas). A prática de ruptura com padrões estabelecidos com a heterossexualidade sempre foi um tabu para todas as sociedades, mesmo naquelas que lidavam com a homossexualidade masculina de uma forma mais aberta, como na Grécia e, no entanto, condenavam a mesma prática quando exercida por mulheres.<sup>1</sup>

A compreensão discriminatória contra as inúmeras formas de expressar a sexualidade adquire contornos pretensamente “científicos” com o advento da modernidade. Preocupada com

a proliferação de doenças venéreas, a medicina reforça o caráter discriminatório ao tachar as práticas homossexuais e bissexuais como doença. Assim como, caracterizou a transexualidade como doença até este ano (2018).<sup>2</sup>

Sendo assim, a política sexual discriminatória contra LGBT tem uma base de sustentação que envolve os discursos e ações do Estado, da Igreja e da medicina. Ocupa o imaginário social da população que identifica esta prática como degenerada, corrompida, despudorada. O controle da sexualidade, a imposição heterossexual e as violências contra LGBT conformam o chamado heterossexismo que subordina e torna a heterossexualidade o parâmetro para avaliar qualquer possibilidade de vivência da sexualidade.<sup>3</sup> Para Welzer-Lang (2001, p. 467), “o heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual”.

A articulação entre divisão sexual do trabalho, propriedade privada e heterossexismo fundamental o que chamamos de patriarcado, tal como Delphy (2009) designa a partir da literatura feminista: uma **formação social em que o poder pertence aos homens**. Sendo assim, é imperioso articular categorias fundamentais ou, noutros termos, características tendenciais que nos possibilitam evidenciar a historicidade das relações patriarcais de gênero. No entanto, o vínculo entre a divisão sexual do trabalho, a propriedade privada e o heterossexismo devem ser analisados levando em consideração as determinações concretas de determinada formação social, pois, evidentemente, o poder se expressa também por meio da articulação com outras categorias de demarcam exploração e dominação tais como as relações de classe, nível de desenvolvimento das forças produtivas, relações étnico-raciais.

Sendo assim, é necessário construir uma abordagem que articule as tendências gerais das relações patriarcais de gênero (já evidenciadas até aqui) realizando mediações com a materialização destas tendências nas formações sociais específicas, a fim de não cairmos em afirmações excessivamente genéricas e/ou abstratas que não contribuem para elucidação do alcance das formas de exploração-dominação patriarcal.

## **A imbricação das relações patriarcais de gênero e classe na formação econômico-social brasileira**

As relações patriarcais de gênero, entendidas a partir de sua inserção mais ampla no

âmbito das relações sociais, não procedem de modo unívoco ou linear na dinâmica histórica. Adquirem peculiaridades que sofrem oscilações entre um e outro período histórico, bem como entre formações sociais distintas. Estas, dotadas pela combinação entre elementos internos e externos, possuem configurações complexas que dizem respeito ao desenvolvimento interno de um povo. De uma formação social para outra, é comum observar diferenças e aproximações que as particularizam as mais diversificadas dimensões da sociabilidade, isto é, dos modos de viver, agir e pensar.

Nesse sentido, a relação de dominação-exploração a que estamos nos referindo, tomando por base o peso estrutural do patriarcado, de modo algum se esgota no gênero ou na sexualidade. No caso da realidade brasileira, que de agora em diante nos interessa de modo direto, é fundamental levar em consideração que as relações patriarcais de gênero são indissociáveis das relações de classe e “raça”/etnia. Como esta assertiva revela a partilha de uma tese, entendemos que categorias como patriarcado, racismo, sexualidade e classe existem de maneira dinâmica e em constante interação, de modo que “nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios” (MCCLINTOCK, 2010, p. 27).<sup>4</sup>

Para nós, é da maior importância considerar a centralidade das relações de classe para a apreensão da especificidade da sociedade capitalista. Contudo, também é necessário percorrer um caminho que considera o patriarcado e o racismo como dimensões centrais para a apreensão dos aspectos da realidade nacional. Enfrentar esse debate – por tempos ladeado, é fato – significa desnudar o modo pelo qual as relações patriarcais de gênero, de classe e étnico/“raciais” se expressaram enquanto categorias que estão em profunda interação e produzem dinâmicas desiguais e contraditórias numa formação econômico-social particular. Não à toa, o debate em torno da “questão racial”, por exemplo, chamou a atenção de importantes intérpretes brasileiros ao longo do século XX, como pode se observar, por exemplo, na produção teórica de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, em contribuições valiosas e atuais ao debate brasileiro como *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), do primeiro; *Escravidão e racismo* (1978), do segundo; e *Rebeliões da senzala* (1959), do terceiro. Em todos estes, a imbricação entre raça e classe constitui um fato.

Numa apreensão articulada entre patriarcado, racismo e capitalismo na realidade brasileira, porém, o pioneirismo de Heleieth Saffioti é inegável. Ao defender sua tese no início de 1967, orientada por Florestan Fernandes em plena ditadura militar brasileira, Saffioti (2013)



demarca a primazia das relações sociais de produção (entendida em seu processo de produção/reprodução) como determinante para o estabelecimento e a manutenção das relações de dominação/exploração.

A autora assegura a impossibilidade de compreendermos as relações patriarcais de gênero e raça desconectada da dinâmica da (re)produção social. Para a autora, as categorias sexo, raça, idade **não** apresentam autonomia das relações socioeconômicas e culturais. Encontram-se inseridas, a rigor, em “totalidades parciais” (as classes sociais), mas não é um desdobramento espontâneo da estrutura de classes (SAFFIOTI, 2013).

O exercício dialético que Saffioti (2013) empreendeu consiste em buscar nas particularidades da formação do capitalismo brasileiro a expressão das categorias como patriarcado, divisão sexual do trabalho e sexismo. Concordamos com o caminho teórico-metodológico empreendido pela autora, pois a compreensão do patriarcado deve levar em consideração os desafios e limites de cada formação social a partir das formas em que o patriarcado se relaciona com a dinâmica das classes sociais.

Com originalidade, os esforços de Heleieth Saffioti, feminista marxista imprescindível, oferecem às gerações atuais de pesquisadoras/es e militantes um vasto arsenal de possibilidades analíticas quanto ao caráter patriarcal da realidade brasileira. Face a complexidade crescente observada na dinâmica histórica, é necessário aprofundar a compreensão sobre as particularidades do patriarcado e suas expressões no capitalismo contemporâneo. Para isso, é necessário buscar em autores da formação social, política, cultural, histórica e econômica os fundamentos de nossa formação econômico-social.

Caio Prado Jr. (1976), em “Formação do Brasil contemporâneo”, ao investigar o “sentido da colonização”, explicita os vínculos que articulam determinações internas e externas na constituição econômico-social do país, procedida entre a dinâmica do mercado mundial e os movimentos internos da economia nacional, desde o século XVI. A síntese elaborada pelo autor revela, a rigor, uma formulação original, cujo fundamento reside na tese de que se forjou no Brasil a organização de uma economia interna “voltada para fora”, sob as bases de um vasto empreendimento comercial: a grande empresa colonizadora.

Ao identificar que o Brasil Colônia teve por base o tripé latifúndio/monocultura/escravidão, Prado Jr. (1976) dá ênfase ao peso do escravismo em nossa história, ressaltando os perversos efeitos dessa lógica de exploração para Brasil e para o trabalho. Na perspectiva do autor, o braço escravo era pura capacidade de trabalho.

Cientes desse aspecto, podemos admitir que a escravidão também possuiu marcas explícitas da violenta ordem patriarcal de gênero no Brasil; e mais que isso, estruturou-a a partir de um modo particular de dominação-exploração. O próprio Prado Jr. (1976), no capítulo sobre a vida social e política do Brasil Colônia, sublinha que a função da mulher escrava consistia, além da produção, “[...] na satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores” (p. 343). Trata-se mesmo de um traço fecundo da escravidão,<sup>5</sup> que introduziu nas contradições entre a casa-grande e a senzala aquilo que Gilberto Freyre (2013) tacanhamente chamaria de “figura boa da ama negra” – a demarcar, desde já, como as esferas da produção e da reprodução encontram-se em unidade. Como se pode observar, no período colonial as mulheres foram incorporadas não só ao universo produtivo, no qual exerceram forçadamente um papel ativo. Face a configuração patriarcal daquela política, foram destinadas aos trabalhos tidos como “trabalhos de mulher”, sendo estes ligados à esfera da reprodução. O trabalho doméstico é, nesse sentido, emblemático.

Nesse mesmo raciocínio, Saffioti (2013, p. 236) arremata ao expor as condições em que se desenvolveu o trabalho feminino no Brasil que “cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual”. Costumeiramente, escravas africanas e indígenas foram submetidas a relações sexuais forçadas. Essa prática naturalizou-se no Brasil, deitando raízes na atualidade com a chamada “cultura do estupro”. Isto significa admitir, sem dúvidas, que a adoção multissecular do trabalho escravo, vista a partir de sua inserção no pacto colonial, preservou de sua dissolução para cá fortes traços de continuidade que dotam de maior complexidade os contornos contemporâneos assumidos pela ordem patriarcal de gênero no Brasil.

No trânsito entre os séculos XIX e XX, a lenta e processual substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado “livre” no Brasil deve ser apreendida num constante movimento de conservação das velhas estruturas e uma tentativa de articulação com o “progresso”, ou seja, abertura às exigências da expansão capitalista. Florestan Fernandes (2011; 2007) afirma que a permanência de componentes conservadores do Antigo Sistema Colonial (1500-1822) coexistia (e coexiste, ainda hoje) com os elementos da ruptura no estágio do imperialismo total, iniciado no pós-1964, no compasso da ampla expansão monopolista entre nós.

Em todo esse itinerário, os esforços de construção de um Estado Nacional autônomo foram solapados, sendo a dependência estrutural<sup>6</sup> uma marca da formação social brasileira,

resultado de nossa inserção subordinada e complementar na divisão internacional do trabalho, que assiste, até o tempo presente, “a contradição entre um desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa” (p. 349) como requisito fundamental do acirramento da acumulação capitalista.

Fernandes (2007) recupera traços fundamentais do processo da “Independência” brasileira para demonstrar os limites deste processo no que diz respeito à verdadeira ruptura com a heteronomia, que no entendimento do autor significa um extremo oposto à autonomia de um Estado-Nação e que traduz, portanto, uma relação de dependência, de subordinação às potências externas, cujos ônus sobre a economia, a política, a cultura e o trabalho são nefastos. A heteronomia constitui, assim, um traço estrutural de relevo na formação social brasileira, processada pelo despotismo da classe burguesa aqui desenvolvida, que tende a separar sociedade civil e nação o máximo que se possa. Nesse percurso, no interior das contradições oriundas dos condicionantes estruturais de uma economia dependente, o “moderno” e o “arcaico” mesclam-se em absoluta sintonia aos interesses dominantes internos e externos. Nos termos de Florestan Fernandes (2007), a burguesia aqui desenvolvida

[...] não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade [...]. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (FERNANDES, 2007, p.240-241).

Coexiste, assim, tanto a lógica da escravidão quanto os privilégios dos setores dominantes diretamente vinculados ao universo agrário. A formação do Estado nacional é tematizada pelo autor a partir da confluência entre o liberalismo formal e o patrimonialismo (sendo este último objeto de polêmicas de relevo no âmbito do pensamento social crítico), ambos sob o domínio das elites locais. Isso significa, noutros termos, que o liberalismo concebido entre nós possui uma natureza limitada ao formalismo jurídico, distanciando-se de medidas práticas.<sup>7</sup> Nesta direção, salientamos que a dinamização da economia e da política, no plano interno, não é capaz de romper com o ranço histórico do escravismo e do patrimonialismo. Foi construída, portanto, uma noção de Estado nacional a partir da lógica

autocrática e paternalista, característica esta que nem de longe limita-se a um particularismo interno, como se fosse um problema exclusivamente nacional.

O que importa reter, com base nesses elementos brevemente esboçados, é que a conformação do capitalismo e do Estado, no Brasil, repercute diretamente na manutenção da *ordem patriarcal de gênero*. Os setores dominantes, ao impulsionarem a expansão capitalista e se apropriarem privadamente do aparato estatal, imprimem à sua própria ação uma relação orgânica entre capitalismo, patriarcado e racismo, como aludido anteriormente. Isto passa a ser parte da estrutura e dinâmica da realidade nacional.

No primeiro Código Civil Brasileiro, datado de 1916, a mulher casada era considerada juridicamente incapaz, necessitando ser representada pelo marido. Apenas em 1932 as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto; e até 1962, quando foi instituído o “Estatuto da Mulher Casada”, uma mulher só poderia trabalhar fora do lar se o marido permitisse.<sup>8</sup> A completa “igualdade” jurídica entre homens e mulheres só foi garantida na Constituição de 1988.

Na verdade, o que estamos a argumentar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil soube lidar de maneira primorosa com a *ordem patriarcal de gênero* para garantir suas condições de acumulação, explorando o trabalho das mulheres e relegando-as majoritariamente aos baixos salários. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 343), “o emprego de mulheres sempre permitiu a apropriação de maior *quantum* de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos”.

Diante desses impasses da realidade brasileira, assim como das mudanças na conjuntura internacional, a burguesia brasileira aglutina-se, em certo momento, numa estratégia político-militar para enfrentar os entraves do aprofundamento da acumulação capitalista no Brasil. Com a crise do poder burguês no início dos anos 1960, corolário da modernização conservadora (FERNANDES, 2007), rapidamente as elites locais rearranjam-se em unidade a partir de três eixos: i) a articulação com a iniciativa privada interna e externa; ii) a capacidade de mobilização da burguesia local; iii) a percepção de que o Estado era um mecanismo importante para reconstituição do poder burguês. O golpe de 1964 é visto por Florestan Fernandes como parte dessa alternativa, caracterizada pelo autor como “contrarrevolução preventiva”. A estrutura política autocrático-burguesa fora, por essas razões, a via máxima de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil.

Em suma, o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil foi

mediado pelos traços fundamentais do passado “arcaico”. Para Fernandes (2007), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve ser apreendido a partir de três processos fundamentais, são estes: i) a incapacidade de romper com a dependência externa (heteronomia); ii) a incapacidade de desagregar os aspectos arcaicos e, por fim, iii) a incapacidade de superar o subdesenvolvimento gerado pela concentração de riqueza.

Neste período, o capitalismo brasileiro avança na direção da consolidação das estratégias monopolistas, impactando em todas as esferas da vida, inclusive na divisão sexual do trabalho. Em sintonia com as tendências de burocratização da vida social e com a expansão do setor terciário (serviços), em particular nos países capitalistas que já haviam vivenciado o processo de industrialização (MANDEL, 1982), a divisão sexual do trabalho adquire contornos específicos nesta fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.<sup>9</sup>

Mandel (1982) também apreende o trabalho feminino após a década de 1950 sob dois ângulos: primeiro, percebe grandes flutuações das mulheres no mercado de trabalho. Em seguida, apreende que as mulheres “recebem muito menos por sua força de trabalho, uma vez que a burguesia cinicamente pressupõe que sua renda seja apenas um ‘complemento’ ao orçamento familiar” (MANDEL, p. 128).<sup>10</sup>

Do ponto de vista da realidade brasileira, Madeira e Singer (1975) percebem que, desde os anos 1930, é no setor terciário que um significativo contingente de mulheres passa a ter acesso ao mercado de trabalho. Para a autora e o autor, a expansão dos serviços de consumo coletivo absorveu parcela significativa de mulheres, sobretudo as que possuíam qualificação, nas atividades de serviços. Destaca-se que, a partir de 1930, há uma ampliação significativa da malha estatal e privada no âmbito da educação, saúde, previdência social, assistência social e administração pública. A autora e o autor também percebem o aumento de atividades do setor terciário vinculado diretamente às exigências do processo de industrialização como, por exemplo, a expansão do comércio e dos serviços e instituições de crédito.

Entretanto, o amplo processo de “*feminização*” da força de trabalho assalariada no Brasil deve ser apreendido a partir do final dos anos 1970. Nogueira (2006) também ressalta que a tendência de crescimento da participação das mulheres no mercado trabalho se deu pela via do acesso ao setor de serviços. Abílio (2014) mostra que, nos países periféricos, o setor de serviços vem acompanhado de implicações como a desqualificação, os salários baixos, a rotatividade elevada e a prevalência de mulheres. A autora também ressalta o traço marcante da informalidade no mercado de trabalho brasileiro como elemento que caracteriza o modelo de

acumulação do capital no país. Por conseguinte, a informalidade não deve ser apreendida como um atraso a ser superado com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas como característica elementar de nossa formação socioeconômica e do atual estágio do desenvolvimento capitalista em âmbito mundial.

Saffioti (2013, p. 85), por conseguinte, observa que, “localiza-se no setor terciário o maior número de ocupações exercidas em tempo parcial, regime de trabalho mais vulnerável aos efeitos das crises econômicas”. Abílio (2014) destaca também a flexibilidade como a “marca” do trabalho das mulheres na sociedade brasileira. Numa pesquisa realizada com as mulheres revendedoras de cosméticos, a autora percebe a tendência majoritária das mulheres assumirem estes postos de trabalho no Brasil. O trabalho de milhões de revendedoras de cosméticos no Brasil é expressão da desregulamentação e da flexibilização com notório aval da legislação e do Estado.

Todos esses processos são acompanhados pelos dilemas do desemprego e do subemprego na realidade brasileira. Santos (2012) destaca que a precariedade e a flexibilidade como elementos fundamentais do regime de trabalho no Brasil conformam uma particularidade histórica na caracterização do dilema do desemprego na realidade brasileira. Ressalta-se que também no âmbito do setor de serviços cresce o número de trabalhadoras domésticas.<sup>11</sup> No que diz respeito à histórica e hegemônica concentração de mulheres no âmbito do trabalho doméstico, convém ressaltar a problemática desenvolvida por Souza-Lobo (2011) de que há uma conexão entre a ausência de serviços públicos que responderia às necessidades de reprodução social e a permanência das mulheres como responsáveis por estes serviços.

Dessa forma, repõe-se a necessidade compreender no tempo presente como o “arcaico” impregnado pelas relações patriarcais de gênero se manifesta e contribui para moldar as relações sociais capitalistas contemporâneas. Sem dúvidas, este esforço implica buscar nas particularidades da sociedade brasileira o modo como o patriarcado-racismo-capitalismo se conformou com suas especificidades e reciprocidades.

## Considerações finais

Território de homens livres  
Que será nosso país  
E será pátria de todos.  
[...] Um jeito só de viver,  
Mas nesse jeito a variedade,  
A multiplicidade toda  
Que há dentro de cada um.  
[...] Um país de riso e glória  
Como nunca houve nenhum.  
Este país não é meu  
Nem vosso ainda, poetas.  
Mas ele será um dia  
O país de todo homem.

Carlos Drummond de Andrade<sup>12</sup>

Qualquer esforço que almeja interpretar a realidade concreta, ou seja, a realidade em suas múltiplas determinações, precisa, simultaneamente, considerar as tendências universais e as particularidades de cada processo social. Este trabalho se propõe contribuir nesta direção ao estudar as relações patriarcais de gênero no Brasil. Lança apontamentos iniciais, introdutórios, vinculados muito mais ao objetivo de lançar pistas que instiguem o adensamento desse debate. Nosso esforço consistiu, é certo, no fornecimento de um panorama muito geral, repleto de possibilidades de desdobramento.

As reflexões e indagações aqui expostas situam-se na contramão das tendências pós-estruturalistas que negam a existência de uma lógica patriarcal que estrutura e organiza as relações entre o ser social na sociedade atual e, de outro lado, refutam a vulgarização materialista que não dotam de sentido determinadas categorias, utilizando-as apenas como meros “jargões” sem o estabelecimento das devidas mediações com as diversas possibilidades de manifestações destas categorias.

Por isso, partimos de uma caracterização genérica dos fundamentos das relações patriarcais de gênero (a divisão sexual do trabalho, a propriedade privada e o heterossexismo). A interação entre estes três elementos se configuram como o tripé estruturante das relações patriarcais de gênero apreendidas na sua dimensão genérica. No entanto, nosso desafio explicativo se tornaria insuficiente se parássemos nesta constatação.

Destarte, buscamos evidenciar a materialização destes fundamentos diante das características peculiares da formação social brasileira, construindo as mediações necessárias

para que a afirmação de que a categoria “relações patriarcais de gênero” se configura como uma alternativa analítica para o estudo e a superação desta nossa problemática.

A compreensão das relações patriarcais de gênero no Brasil exige um estudo minucioso e complexo dos processos sociais que marcaram nossa formação sócio-econômica e que ainda se apresentam de forma pujante. No entanto, este esforço não pode nos conduzir a uma análise estéril do movimento dialético da realidade social. Ao contrário, inspirados em Drummond, almejamos contribuir para construção de um território onde os homens e as mulheres possam viver livres. Evidentemente, a liberdade não se realizará numa sociedade cindida pelas relações patriarcais de gênero.

Buscamos contribuir com este esforço no plano da pesquisa reafirmando, diante do cenário desolador que vivenciamos no Brasil, a necessidade de compreender para superar as tensões e mazelas decorrentes da hegemonia das relações patriarcais de gênero. Trata-se de um desafio que articula teoria e prática, pensamento e ação. Em especial no âmbito das organizações políticas da classe trabalhadora, deve ser encarado como indispensável às formulações de natureza estratégica. Na realidade brasileira, não se pode conceber o combate ao capitalismo sem o combate ao patriarcado e ao racismo.

## Referências bibliográficas

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, Feminismos e feminismo marxista. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. (p. 13-42).

DELPHY, Cristine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In:



ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. Expressão Popular, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALQUET, Jules. Mujeres, feminismo y desarrollo: un análisis crítico de las políticas de las instituciones internacionales. In: **Desacatos**. Nº 11. P. 13-35. 2003.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O que é revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Coleção clássicos sobre a revolução brasileira.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

\_\_\_\_\_. A sociedade escravista no Brasil. In: IANI, Octávio (Org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LENIN, Vladimir. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

MADEIRA, F; SINGER, P. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil (1920-1970). In: **Cadernos CEBRAP**, nº13, 1975.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Coleção “Assim lutam os povos”.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus

representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOGUEIRA, L. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018.

\_\_\_\_\_; HILÁRIO, E; PAZ, T.T; MARRO, K (Org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: realidade e mito**. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [Originalmente publicado em 1969].

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. A questão da mulher na perspectiva socialista. In: **Lutas Sociais**. Nº 27, p. 82-100, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

STERNS, Peter N. **História da sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos e armas. In: FERREIRA, Verônica (orgs.). **O patriarcado desvendado: três feministas materialistas: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pillar Grossi. In: **Estudos Feministas**. Nº 15, p.460-482, 2000.

## Notas

---

<sup>1</sup> De acordo com Stearns (2010) a atividade sexual na Grécia era considerada como uma prática normal e necessária para o conjunto da sociedade. Práticas homossexuais entre homens das classes altas eram encaradas como um momento necessário e pedagógico para iniciação dos meninos na fase de puberdade. No entanto, havia um controle sobre a sexualidade feminina no âmbito da reprodução e da fidelidade. As relações sexuais entre mulheres na região da Grécia Antiga têm sido remetidas, comumente, aos acontecimentos ocorridos na Ilha de Lesbos sem, contudo, o mesmo status de legitimidade que às práticas entre homens.

<sup>2</sup> Em junho deste ano (2018) a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a transexualidade deixará de compor o rol das doenças caracterizadas como “distúrbios mentais” passando a fazer parte da categoria saúde sexual, conforme a nova Classificação Internacional de Doenças (CID). Essa decisão histórica contribui no enfrentamento à compreensão transfóbica que compreende a transexualidade como uma doença passível de tratamento, cura e até mesmo reversão. A OMS recomenda que cada país se adapte a estas mudanças até 2022.

<sup>3</sup> De acordo com Borrillo (2010, p. 31), a “heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as

outras sexualidades. Essa qualidade normativa [...] é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo”.

<sup>4</sup> McClintock (2010) procurou identificar a relação entre o racismo, o patriarcado e o expansionismo europeu na fase colonialista europeia a partir do século XV. A autora identifica a invisibilidade da perspectiva do patriarcado nos estudos sobre este período. McClintock (2010, p. 21) ressalta que, “como escravas, trabalhadoras agrícolas, serventes domésticas, mães, prostitutas e concubinas das vastas colônias da Europa, as mulheres colonizadas tinham de negociar não só os desequilíbrios em suas relações com seus próprios homens, mas também o barroco e violento conjunto de regras e restrições hierárquicas que estruturavam suas novas relações com os homens e as mulheres do império”. Percebemos, com essa citação, que a experiência de homens e mulheres no período da expansão colonial não pode ser analisada sem considerarmos a dimensão do patriarcado e do racismo.

<sup>5</sup> Esta articulação entre patriarcado e escravidão também se faz presente, é claro, noutras formações econômico-sociais. Collins (2015), a partir do estudo da realidade estadunidense, adverte para o caráter patriarcal da escravidão naquele território. “A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado que todos os/as brancos/as se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade”.

<sup>6</sup> “O subdesenvolvimento engendra, através do capitalismo dependente, interesses econômicos e vínculos morais que lançam suas raízes nas conexões da organização econômica e social das sociedades subdesenvolvidas com as sociedades avançadas. [...]o subdesenvolvimento é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente. [...] onde ele surge e se mantém, não é mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade” (FERNANDES, 2008, p. 54).

<sup>7</sup> A esse respeito, o autor reflete o seguinte: “[...] são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos. Daí resulta uma situação ambivalente no plano estrutural da junção da ordem econômica vigente com a ordem social de classes. A existência de um Estado nacional independente e a parte tomada por essas classes, com real autonomia, na condução da vida política interna, levam-nas a identificarem-se com os símbolos econômicos, políticos e sociais de soberania nacional e do liberalismo econômico” (FERNANDES, 2008, p. 74).

<sup>8</sup> A Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, ficou conhecida como o “Estatuto da mulher casada” e tinha o objetivo de dispor sobre a situação jurídica das mulheres casadas no Brasil. Tal lei foi considerada, mesmo que de forma bem tímida, um avanço para que as mulheres tivessem acesso ao mercado de trabalho prescindindo de uma autorização expressa dos seus conjugues. “A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa” (Art. 246). Legislação disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm)

<sup>9</sup> Cabe sinalizar que no Brasil o setor de serviços se aprofunda e generaliza especialmente após os anos 1970.

<sup>10</sup> É importante notar que a preservação do “exército industrial de reserva” se vale de outras características que devem ser aprofundadas a partir de cada contexto podendo envolver elementos geracionais (notadamente a problemática da juventude e do envelhecimento), de “raça”/etnia, questões regionais etc.

<sup>11</sup> Mediação ilustrativa da articulação orgânica desse cenário à dimensão étnico-racial no Brasil, é o fato de a maioria das trabalhadoras domésticas no Brasil serem negras. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, entre 2004 e 2011 a quantidade de mulheres negras inseridas nos serviços doméstico elevou-se de 56,9% para 61,0%. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pednegrossao.pdf>>. Acesso em 09 dez. 2018.

<sup>12</sup> ANDRADE, Carlos Drummond. Cidade Prevista. In: \_\_\_\_\_. *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.